



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ  
E COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL**

**REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES**

# RLC-03

**Do Controle das contratações:  
Práticas contínuas e permanentes  
de gestão de riscos e de  
controle preventivo**

**2023  
1ª Edição**



CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ  
E COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
GABINETE DO COMANDO

16 páginas

**Membros do Grupo Técnico de elaboração**

Genilson Marques da Costa - TCEL QOBM

Erivaldo dos Santos Cardoso - TCEL QOBM

Pablo Cruz de Oliveira - TCEL QOBM

Arthur Arteaga Durans Vilacorta - MAJ QOBM

Alex dos Santos Lacerda - MAJ QOBM

Ísis Kelma Figueiredo de Araújo - MAJ QOBM

Israel Silva de Souza - CAP QOBM

Ávila Rodrigo de Sousa Fonseca - 2º TEN QOBM

**Homologação**

Helton Charles Araújo Morais – CEL QOBM  
Presidente da comissão

Jayme de Aviz Benjó – CEL QOBM  
Comandante Geral e Coordenador de Defesa Civil

**REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES (RLC-03):  
DO CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES:  
PRÁTICAS CONTÍNUAS E PERMANENTES DE GESTÃO DE RISCOS E DE CONTROLE  
PREVENTIVO**

## Sumário

CAPÍTULO I.....	4
DAS GENERALIDADES.....	4
Seção I.....	4
Da finalidade.....	4
Seção II.....	4
Das conceituações.....	4
CAPÍTULO II.....	5
DAS RESPONSABILIDADES.....	5
Seção I.....	5
Dos setores.....	5
Seção II.....	6
Dos militares e civis.....	6
CAPÍTULO III.....	6
DA GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE.....	6
Seção I.....	6
Avaliação, direcionamento e monitoramento.....	6
Seção II.....	7
Do gerenciamento do risco.....	7
CAPÍTULO IV.....	9
DO CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES.....	9
Seção I.....	9
Do método de controle.....	9
Seção II.....	11
Das ações.....	11
CAPÍTULO V.....	11
DA ANÁLISE DE RISCO.....	11
Seção I.....	11
Da execução e confecção.....	11
CAPÍTULO VI.....	12
DAS PRESCRIÇÕES DIVERSAS.....	12
Seção I.....	12
Das contratações.....	12
Seção II.....	13
Da norma.....	13
Seção III.....	13
Dos casos omissos.....	13



## CAPÍTULO I

### DAS GENERALIDADES

#### Seção I

##### Da finalidade

**Art. 1º** Este normativo interno tem por finalidade apresentar práticas contínuas e permanentes, da gestão de riscos e controle preventivo, nas contratações realizadas no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Pará, tendo como base a Lei 14.133/2020 e regulamentos estaduais.

#### Seção II

##### Das conceituações

**Art. 2º** Para efeito desta norma, serão adotados os seguintes conceitos básicos:

**I - Corrupção:** corrupção ativa e corrupção passiva que, sucintamente, significam oferecer ou solicitar alguma vantagem indevida, respectivamente

**II - fraude:** ato intencional praticado por um ou mais indivíduos, entre gestores, responsáveis pela governança, empregados ou terceiros, envolvendo o uso de falsidade para obter uma vantagem injusta ou ilegal.

**III - Gerenciamento de riscos:** processo para identificar, analisar, avaliar, tratar, registrar, monitorar e comunicar potenciais eventos ou situações, que visa dar razoável certeza quanto ao alcance dos objetivos da instituição e é composto pelas seguintes etapas:

- a) identificação de riscos: processo de busca, reconhecimento e descrição de riscos, que envolve a identificação de suas fontes, causas e consequências potenciais, podendo envolver dados históricos, análises teóricas, opiniões de pessoas informadas e de especialistas, e as necessidades das partes interessadas;
- b) análise de riscos: compreensão das causas e consequências imediatas, envolvendo a consideração detalhada de incertezas, fontes de risco, cenários, controles e sua eficácia;
- c) avaliação de riscos: processo que visa apoiar decisões sobre como responder a riscos e que envolve a comparação de resultados da análise de riscos com o apetite a risco da instituição;
- d) tratamento de riscos: qualquer ação adotada para lidar com risco, podendo consistir em:



1. evitar o risco pela decisão de não iniciar ou descontinuar qualquer atividade à qual o risco está relacionado;
  2. mitigar o risco em sua probabilidade de ocorrência e/ou suas consequências;
  3. compartilhar o risco com outra parte; e
  4. aceitar o risco por uma escolha consciente e justificada;
- e) monitoramento de riscos: consiste nas atividades de controle, coleta e análise de informações, registro de resultados e relato que por meio das quais se mensura a aplicação das respostas aos riscos;

**IV - Linhas de defesa:** O modelo de três linhas de defesa propõe a designação das responsabilidades em forma de coordenação entre os envolvidos, e não a criação de estruturas departamentais para atendê-lo.

**V - Nível de risco:** magnitude de um risco expressa em termos da relação de suas consequências e probabilidades de ocorrência;

**VI - Risco:** desvio potencial em relação aos objetivos esperados, podendo ser positivo, negativo ou ambos, e abordar, criar ou resultar em oportunidades e ameaças;

**VII - Risco à integridade:** risco de fraude, atos de corrupção ou desvio de conduta profissional considerada ética pelo ordenamento jurídico.

## CAPÍTULO II

### DAS RESPONSABILIDADES

#### Seção I

#### Dos setores

**Art. 3º** Todos organismos do CBMPA envolvidos, no processo geral de contratação pública, deverão exercer controle sobre sua execução e atribuições, observando inclusive as fases do processo que as antecede.

**Parágrafo único.** Considera-se para efeito desta norma, processo geral de contratação pública, todas atividades executadas do planejamento ao término do contrato.



## Seção II

### Dos militares e civis

**Art. 4º** Deverão ser adotados, nos setores que participam do fluxo de processos, uma matriz de responsabilidade, padronizada e aprovada pelo Estado-Maior Geral, para atingir os seguintes objetivos:

I – permitir que os setores identifiquem claramente os responsáveis pelas atividades no fluxo dos processos;

II – auxiliar os militares na identificação de suas funções e atribuições;

III – identificar quem executa, gerencia, controla e precisa das informações durante o transcorrer de todo o processo geral de contratação pública.

## CAPÍTULO III

### DA GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE

#### Seção I

#### Avaliação, direcionamento e monitoramento

**Art. 5º** Os organismos do CBMPA, em todos os níveis, deverão adotar condutas necessárias para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com os seguintes objetivos:

I - obter a excelência nos resultados das contratações celebradas;

II - evitar inexecuções contratuais que possam comprometer os objetivos de gestão pretendidos;

III - evitar sobrepreço e superfaturamento quando das execuções contratuais;

IV - prevenir e reprimir práticas corruptas, práticas fraudulentas, práticas colusivas ou práticas obstrutivas nos processos de contratação pública;

V - garantir que a contratação pública constitua efetivo instrumento de fomento da sustentabilidade em suas dimensões ambiental, social e econômica;

VI - realizar o gerenciamento dos riscos das licitações e das contratações;





VII - reduzir os riscos a que estão sujeitas as licitações e as contratações, como, dentre outros:

- a) identificação incorreta, imprecisa ou insuficiente da necessidade pública a ser atendida com a contratação;
- b) descrição incorreta, imprecisa ou insuficiente do objeto da contratação;
- c) erros na elaboração do orçamento estimativo;
- d) definição incorreta ou inadequada dos requisitos de habilitação técnica ou de habilitação econômico-financeira;
- e) estabelecimento de condições de participação que restrinjam de modo injustificado o universo de potenciais licitantes;
- f) decisões ou escolhas sem a devida e suficiente motivação;
- g) definição incorreta, imprecisa ou insuficiente dos encargos contratuais;
- h) defeitos no controle da execução contratual ou no recebimento definitivo do objeto.

## Seção II

### Do gerenciamento do risco

**Art. 6º** Será realizado o gerenciamento dos riscos envolvidos em todas as etapas do processo da contratação.

**§1º** O gerenciamento dos riscos de que trata o caput tem por objetivos:

- I - aumentar a probabilidade de atingimento dos objetivos estratégicos e operacionais pretendidos por intermédio da execução contratual;
- II - fomentar uma gestão proativa de todas as etapas do processo da contratação;
- III - atentar para a necessidade de se identificarem e tratarem todos os riscos que possam comprometer a qualidade dos processos de contratação;
- IV - facilitar a identificação de oportunidades e ameaças que possam comprometer as licitações e a execução dos contratos;
- V - prezar pela conformidade legal e normativa dos processos de contratação;
- VI - aprimorar os mecanismos de controle da contratação pública;
- VII - estabelecer uma base confiável para a tomada de decisão e para o planejamento das contratações;



VIII - alocar e utilizar eficazmente os recursos para o tratamento de riscos a que estão sujeitas as licitações e as execuções contratuais;

IX - aumentar a capacidade de planejamento eficaz e eficiente das contratações por intermédio do controle dos níveis de risco.

**§2º** O gerenciamento dos riscos poderá ser dispensado, mediante justificativa, nos casos envolvendo contratação de objetos de baixo valor ou baixa complexidade.

**§3º** O nível de detalhamento e de aprofundamento do gerenciamento dos riscos será proporcional à complexidade, relevância e valor significativo do objeto da contratação.

**§4º** O principal objetivo do gerenciamento dos riscos é avaliar as incertezas e prover opções de resposta que representem as melhores decisões relacionadas com a excelência das licitações e das execuções contratuais.

**§5º** Os riscos serão avaliados de acordo com a seguinte escala de probabilidade, assumindo os valores da tabela 1 do Anexo A:

I - baixa: o histórico conhecido aponta para baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo;

II – média: repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte;

III - alta: repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há muitos indícios que ocorrerá nesse horizonte.

**§6º** Os riscos serão avaliados de acordo com a seguinte escala de impacto, assumindo os valores da tabela 1 do Anexo A:

I - baixo: compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado;

II - médio: compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado;

III - alto: compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado.





**§7º** Após a avaliação, o tratamento dos riscos deve contemplar as seguintes providências:

- I - identificar as causas e consequências dos riscos priorizados;
- II - levantadas as causas e consequências, registrar as possíveis medidas de resposta ao risco;
- III - avaliar a viabilidade da implantação dessas medidas (custo-benefício, viabilidade técnica, tempestividade, efeitos colaterais do tratamento etc);
- IV - decidir quais medidas de resposta ao risco serão implementadas;
- V - elaborar plano de implementação das medidas eleitas para resposta aos riscos identificados e avaliados.

**§8º** O gerenciamento de riscos materializa-se no documento denominado Mapa de Riscos, que será elaborado de acordo com a probabilidade e com o impacto de cada risco identificado, por evento significativo, e deve ser atualizado e juntado aos autos do processo.

## **CAPÍTULO IV**

### **DO CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES**

#### **Seção I**

#### **Do método de controle**

**Art. 7º** Os organismos do CBMPA deverão sujeitar-se ao método de linhas de defesa:

- I - primeira linha de defesa, integrada por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão ou entidade;
- II - segunda linha de defesa, integrada pela Comissão de justiça e Comissão Permanente de Controle Interno;
- III - A terceira linha de defesa é considerada controle externo ao CBMPA, integrada pelo órgão central de controle interno da Administração e pelo tribunal de contas.

**§1º** Compete aos militares integrantes da primeira linha de defesa:

- I - a identificação, a avaliação, o controle, o tratamento e a mitigação dos riscos a que estão sujeitos os processos de contratação, de acordo com o apetite a risco definido;



- II - a adoção de medidas de saneamento de irregularidades meramente formais aferidas no processo da contratação pública;
- III - a adoção de medidas preventivas destinadas a evitar a repetição de irregularidades identificadas no processo da contratação pública;
- IV - no âmbito de sua competência, assegurar a formação e a capacitação dos agentes públicos envolvidos no processo da contratação pública;
- V - aperfeiçoar os sistemas de controle interno no âmbito de sua competência;
- VI - realizar o planejamento das contratações de modo a prevenir o risco à integridade e diminuir a incerteza no que tange aos resultados pretendidos;
- VII - adotar, no âmbito de sua competência, todas as condutas necessárias à obtenção de eficácia, eficiência e economicidade quando das contratações públicas, de modo a garantir o cumprimento dos objetivos previstos no artigo 11 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- VIII - são responsáveis por implementar medidas de controle preventivas, detectivas e corretivas nos processos sob sua responsabilidade, para manter um controle interno efetivo

**§2º** Compete aos militares integrantes da segunda linha de defesa:

- I - monitorar as atividades realizadas pelos agentes públicos integrantes da primeira linha de defesa;
- II - propor melhorias nos processos de gestão de riscos e de controle interno realizados pelos agentes públicos integrantes da primeira linha de defesa;
- III - prestar o assessoramento jurídico necessário à implementação das ações de competência dos agentes públicos integrantes da primeira linha de defesa;
- IV - avaliar a conformidade das condutas e procedimentos adotados pelos agentes públicos integrantes da primeira linha de defesa com a Constituição Federal, com a Lei, e com normas infralegais.

**§3º** A avaliação de que trata o inciso IV do §2º deste artigo poderá ser realizada de ofício ou por solicitação expressa da autoridade responsável pela respectiva contratação, mediante relatório circunstanciado.

**§4º** O relatório de avaliação de que trata o §3º deste artigo será aprovado pela autoridade competente e comunicado aos agentes públicos a ela relacionados, que adotarão as condutas nele sugeridas, se for o caso.



**§5º** Caso o processo de avaliação indique o cometimento de infração, o processo será encaminhado ao Comandante Geral, que irá instaurar o processo administrativo destinado à apuração de responsabilidade, na forma da lei.

## **Seção II**

### **Das ações**

**Art. 8º** Os integrantes das linhas de defesa a que se referem o art 8º observarão o seguinte:

I - quando constatarem simples impropriedade formal, adotarão medidas para o seu saneamento e para a mitigação de riscos de sua nova ocorrência, preferencialmente com o aperfeiçoamento dos controles preventivos e com a capacitação dos militares responsáveis;

II - quando constatarem irregularidade que configure dano à Administração, adotarão as providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, observadas a segregação de funções e a necessidade de individualização das condutas.

## **CAPÍTULO V**

### **DA ANÁLISE DE RISCO**

#### **Seção I**

#### **Da execução e confecção**

**Art. 9º** Será considerada, para efeito de análise de risco, a escala de valores, a matriz probabilidade x Impacto (3x3) e a tabela de avaliação de riscos do Anexo A desta norma.

**Art. 10º** A análise de risco será realizada por uma comissão composta por no mínimo 03 (três) militares, sendo obrigatoriamente 01 (um) do Estado-Maior Geral, 01 (um) agente de contratação e um integrante com conhecimento técnico sobre o que pretende contratar.

**§1** A comissão que subsidiará a análise deverá ser nomeada em portaria confeccionada pelo EMG e utilizará no mínimo os parâmetros do anexo B desta norma.

**§2** Os trabalhos de análise poderão ser subsidiados por outros militares com conhecimento técnico sobre o que se pretende contratar.



**§3** O EMG deverá confeccionar tabela de síntese de riscos identificados e classificados no âmbito do CBMPA conforme modelo do Anexo C desta norma.

**§4** A análise de risco deverá ser juntado ao processo de contratação ao final da elaboração do estudo técnico preliminar, podendo ser atualizado em todas as fases da contratação, inclusive durante a fiscalização do contrato.

**§5** O EMG deverá padronizar as ações a serem tomadas pela administração conforme cada classificação de risco identificado na tabela 2 do Anexo A.

**Art. 11** A Administração, independentemente da formulação ou implementação de matriz de risco, deverá proceder a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação ou da contratação direta e da boa execução contratual.

**Parágrafo único.** Sempre que possível, deve levar em consideração o histórico de licitações, inclusive as desertas ou frustradas, e contratações anteriores com objeto semelhante, aferindo-se e sanando-se, de antemão, eventuais questões controversas, erros ou incongruências do procedimento.

**Art. 12** A matriz de alocação de riscos deverá ser confeccionada, quando couber, pela mesma comissão que elaborou a análise dos riscos e com orientação da assessoria jurídica.

**Parágrafo único.** A comissão deverá encaminhar para o setor de contratos a matriz de risco com alocação dos riscos entre a contratada e o contratante, confeccionada para anexar a minuta do contrato.

## CAPÍTULO VI

### DAS PRESCRIÇÕES DIVERSAS

#### Seção I

#### Das contratações

**Art. 13** As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social.

Parágrafo único. O Estado-Maior Geral junto a Diretoria de Telemática e estatística deverão planejar e implementar medidas de tecnologia da informação para as práticas abordadas no caput do artigo.

## Seção II

### Da norma

**Art. 14** Esta norma deverá ser atualizada nos casos em que houver alterações na estrutura da corporação e alterações nos regulamentos estaduais ou, na ausência destes, federais.

## Seção III

### Dos casos omissos

**Art. 15** Ao Comandante geral cabe resolver os casos omissos ou duvidosos, verificados na execução deste regulamento.



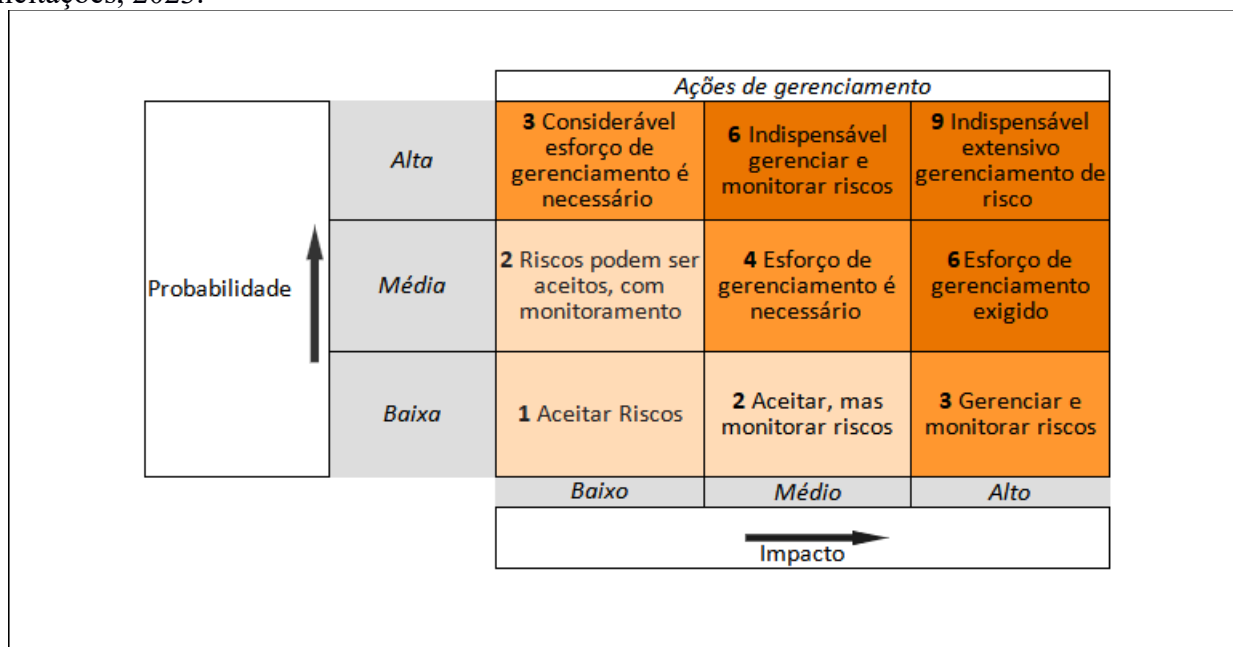
## ANEXO A – ESCALA DE CLASSIFICAÇÃO, MATRIZ E CLASSIFICAÇÃO DE RISCOS

**Tabela 1:** Escala de classificação de probabilidade e impacto no âmbito do CBMPA.

CLASSIFICAÇÃO	VALOR
Baixo	1
Médio	2
Alto	3

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2019.

**Figura 1:** Matriz 3x3 utilizada no âmbito do CBMPA para analisar riscos conforme a nova Lei de licitações, 2023.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023.

**Tabela 2:** Avaliação de riscos conforme resultado obtido na matriz 3x3 de probabilidade e impacto no âmbito do CBMPA.

NÍVEL DE RISCO	VALORES	AValiação de Riscos
Baixo	1 ou 2	Aceitável
Médio	3 ou 4	Aceitação Intermediária
Alto	6 ou 9	Inaceitável

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2019.



## ANEXO B – FORMULÁRIO DE ANÁLISE DE RISCOS

 	ANÁLISE DE RISCO
---	------------------

PAE N°

1. AVALIAÇÃO E TRATAMENTO DOS RISCOS			
R01	Risco		
	Probabilidade		
	Impacto		
	Dano		
	Tratamento		
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	01		
	02		
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	01		
	02		

R02	Risco		
	Probabilidade		
	Impacto		
	Dano		
	Tratamento		
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	01		
	02		
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	01		
	02		

2. ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES E TRATAMENTO DOS RISCOS			
Data	Id risco	Id ação	Registro e acompanhamento das ações e tratamento de riscos



CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ  
E COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL  
GABINETE DO COMANDO

**3. APROVAÇÃO E ASSINATURA**

Belém, 03 de março de 2023.

COMPONENTE DA COMISSÃO DO EMG
Nome
Cargo
Matrícula Funcional

COMPONENTE DA COMISSÃO – AGENTE DE CONTRATAÇÃO
Nome
Cargo
Matrícula Funcional

COMPONENTE DA COMISSÃO – INTEGRANTE TÉCNICO
Nome
Cargo
Matrícula Funcional

## ANEXO C – TABELA DE SÍNTESE DE RISCOS IDENTIFICADOS E CLASSIFICADOS

**Tabela 3:** Síntese de riscos identificados e classificados no âmbito do CBMPA.

ID	RISCO	RELACIONADO	PROBABILIDADE (P)	IMPACTO (I)	NÍVEL DE RISCO (PxI)
R01	Insuficiência de servidores para o planejamento da contratação	Planejamento da Contratação	2	3	6
R02	Alteração do escopo dos serviços a serem contratados	Planejamento da Contratação	1	3	3
R03	Atraso no processo administrativo de contratação	Planejamento da Contratação	2	3	6

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2019.



# **CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ E COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES**

## **RLC-03/ 2023 - 1ª Edição**